

CONGRESSO

PL da anistia a golpista fica para o pós-eleição

Governistas e Centrão se articulam e conseguem adiar votação de projeto que revê punições aos depredadores das sedes dos Três Poderes. Bolsonaroistas se irritam

» JULIA PORTELA

Uma articulação entre o governo e o Centrão jogou para depois do primeiro turno da eleição municipal a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o projeto de lei que pretende anistiar os golpistas que depredaram as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. A matéria vem sendo utilizada pelos Bolsonaroistas como moeda de troca para apoiar Hugo Motta (Republicanos-PB), unido pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), como candidato à sua própria sucessão.

Integrantes do Centrão consideram que o texto da proposta de anistia está amplo demais e que, por causa disso, é preciso uma solução consensual entre todos os grupos políticos. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro planejavam incluir, ontem, o projeto em votação extrapauta nesta quarta-feira, mas não obtiveram os 34 votos para que a matéria constasse do rol de discussões.

“Declaro prejudicada a inversão de pauta em razão da realização de um acordo, no qual foram também retirados os requerimentos extrapauta. Fez com que a maior parte dos deputados da direita avaliasse que é mais oportuno, melhor, deixar para outubro”, explicou a presidente da CCJ, Caroline de Toni, justificando que o adiamento se deu, supostamente, pelo uso eleitoral da proposta, que, segundo ela, está “prejudicando o andamento da comissão”.

Além desse PL, estavam na pauta duas propostas de emenda à Constituição que visam limitar o Supremo Tribunal Federal — a PEC 28/24 dá aval ao Congresso para derrubar decisões do STF e a PEC 8/21 limita as decisões monocráticas de ministros da Corte ou de outros tribunais superiores. O acordo para adiar a votação do PL que

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



O que estamos vendo é uma manobra do governo, da esquerda, que têm interesses espúrios. Estamos sofrendo todo tipo de obstrução, de retaliação. Vocês só estão adiando o inevitável. Mostramos que vamos vencer esta guerra, e as pessoas vão sair da cadeia. Nós vamos ter anistia no Brasil”

Deputado Rodrigo Valadares (União-SE), relator do PL que anistia os golpistas de 8/1, irritado com o adiamento da votação

beneficia os golpistas abrangeu as duas matérias.

Irritado com a postergação da análise do projeto, o relator, o Bolsonaroista Rodrigo Valadares (União-SE), partiu para o ataque contra o governo. “O que estamos vendo desde ontem (terça-feira) é uma manobra do governo, da esquerda, que têm interesses espúrios. Estamos sofrendo todo tipo de obstrução, de retaliação. Vocês só estão adiando o inevitável. Ontem (terça-feira), nós mostramos que vamos vencer esta guerra, e as pessoas vão sair da cadeia. Nós vamos ter anistia no Brasil”, garantiu.

Eleição

Por trás do adiamento, está a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2025. Os grupos que apoiam os nomes de Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e Antonio Brito (PSD-BA) para a sucessão de Lira buscavam inviabilizar a votação, com o apoio dos governistas. Na terça-feira,

pautaram uma série de projetos para adiar a votação, até o momento de começar a sessão no plenário — que, pelo regimento interno, interrompe as discussões nas comissões.

Do outro lado, parlamentares que apoiam Hugo Motta (Republicanos-PB) na eleição — onde está a base Bolsonaroista — trocaram nomes da CCJ, na terça-feira, em um movimento para juntar votos a favor do projeto da anistia.

Há o temor, tanto entre aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como para integrantes do STF, que Bolsonaro possa ser anistiado com a proposta que favorece os golpistas. Avaliam quer o texto pode criar brechas legais para beneficiar o ex-presidente, a ponto de ele estar novamente elegível em 2026. Além disso, vários parlamentares do Centrão estão receosos sobre manter a assinatura apoiando o projeto, algo que pode prejudicá-los — e aos seus candidatos — nas eleições municipais de outubro. (Com Agência Estado)

Agressão pode levar à cassação de deputado

» CAMILA CURADO

O Conselho de Ética aprovou, ontem, o andamento do processo contra o deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ), que apura o episódio no qual o parlamentar expulsou da Câmara dos Deputados um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) aos pontapés. O caso começou a ser apreciado no final de agosto e pode levar à cassação do mandato do parlamentar.

Na sessão, Glauber protestou, mas, mesmo assim, o placar final da votação terminou com 10 x 2 a favor do relatório contra o deputado. “Vou continuar na minha luta política e fazendo denúncias de abusos como esse”, afirmou.

A representação contra Glauber é de autoria do partido Novo. A agressão ocorreu em abril, quando o deputado agrediu fisicamente Gabriel Costenaro, integrante do Movimento Brasil Livre (MBL). Conforme relatou, o militante vinha provocando o parlamentar com xingamentos e atacou sua mãe, a ex-prefeita de Nova Friburgo (RJ) Saudade Braga, chamando-a de “corrupta”.

“Não me orgulho daquilo que fiz, mas não me arrependo”, afirmou Glauber, antes da votação na comissão. Costenaro é candidato à vereador do Rio de Janeiro pelo Novo.

O parlamentar afirmou que “sabia que tinha uma armação” no Conselho de Ética e que o resultado seria desfavorável a

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Ao defender-se, Glauber acusou Lira de estar por trás do relatório que ameaça retirar-lhe o mandato

Mecanismo criado por Lira

A suspensão cautelar é um mecanismo criado pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), e aprovado em junho, que permite que a Mesa Diretora imponha uma suspensão do mandato de um parlamentar em até seis meses. Nesse caso, a Mesa ofereceria uma proposta de suspensão ao Conselho de Ética, que pode julgar o caso em até três dias. Se aprovado, o parlamentar pode recorrer da decisão no plenário da Câmara.

ele. A partir de agora, Glauber terá até 10 dias para apresentar defesa e mais 40 dias para reunir provas e testemunhas a seu favor. Segundo o deputado, após a ameaça do deputado Alexandre Leite (União-SP) de entrar com um pedido de **afastamento cautelar** do mandato contra ele, tomará providências.

“Se isso de fato acontecer, vou seguir a mobilização e vou demonstrar a inconstitucionalidade, a ilegalidade desse ato de força. E vou entrar com uma medida judicial para barrar essa tentativa de afastamento cautelar o quanto antes, porque eles podem fazer isso em uma semana.

Vou sentar com meus advogados para pensar na possibilidade de entrar com uma ação preventiva”, afirmou.

Contrariando a orientação do PL, o deputado Luiz Lima (RJ) discordou da ação movida contra Glauber: “É claro que houve um desvio de conduta, a gente só não pode agir de forma extrema”, afirmou.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), integrante do MBL, participou da sessão e fez ataques parlamentar do PSol. “O futuro ex-deputado Glauber Braga sabemos que é um desequilibrado. Não é de hoje que ele atua xingando e partindo para cima de colegas”, acusou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Chile quer rever anistia de golpistas

O presidente do Chile, Gabriel Boric, anunciou que pretende revogar a lei de anistia aos crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura Pinochet, entre 1973 e 1990. Sua decisão coincide com as comemorações de 51 anos do golpe de Estado que derrubou o governo democrático de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, e colocou Augusto Pinochet no poder. Sua decisão com certeza terá repercussões no Brasil, que precisam ser levadas em consideração, porque não faltam os que desejam fazer a mesma coisa por aqui.

Um projeto de lei apresentado pela então presidente Michelle Bachelet, em 2014, dorme nos bastidores do Congresso chileno. Exclui da anistia, indulto e prescrição em relação aos crimes contra a humanidade cometidos por agentes do Estado ou com sua autorização — ou seja, os torturadores e seus comandantes.

As discussões sobre a proposta no Chile estão paralisadas desde 2018. Segundo dados oficiais, 3.216 pessoas foram assassinadas e 1.400 pessoas detidas desapareceram. Segundo o Programa Oficial de Direitos Humanos, um total de 40 mil pessoas foram presas e torturadas. Boric anunciou a intenção de rever a lei durante a cerimônia de homenagem a Allende e demais vítimas do golpe, no Palácio de La Moneda. Uma parte da sociedade chilena ainda carrega os traumas do regime. Outra, quer esquecer.

O sangrento golpe de Estado deflagrado por oficiais das Forças Armadas, ao qual aderiu o comandante-chefe do Exército, general Augusto Pinochet, pôs fim à única experiência de uma via democrática ao socialismo na América Latina. Durante três horas, houve combate entre as forças legalistas e golpistas no palácio presidencial de La Moneda, bombardeado por aviões da Força Aérea e invadido pelo Exército. Ao final, Allende foi encontrado morto.

A Junta Militar decretou estado de guerra e promoveu um regime de terror que durou 17 anos. Em 2011, 21 anos após o fim da ditadura no Chile, uma perícia confirmou que o próprio Allende se suicidou. A CIA (agência central de inteligência dos EUA), multinacionais, empresários e locais e organizações neofascistas — como o grupo Patria y Libertad — participaram diretamente do golpe. Havia forças navais norte-americanas na costa chilena, no Pacífico.

Milhares de pessoas foram presas e levadas para o Estádio Nacional, inclusive brasileiros que estavam exilados no país, entre os quais Jane Vanini, Luiz Carlos Almeida, Nelson de Souza Kohl, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano e Wânio José de Matos, que foram assassinados. Seus corpos nunca foram encontrados.

As liberdades e garantias constitucionais foram suprimidas. O Parlamento foi fechado. Em 1974, Pinochet assumiu formalmente o cargo de chefe supremo da Nação e, quatro anos depois, em 1978, realizou um plebiscito de cartas marcadas para respaldar sua permanência no poder. Implantou um regime econômico liberal monetarista, com sucesso inicial, mas que levou o país a uma grave depressão no início dos anos 1980. A partir daí, a oposição ganhou as ruas.

Em setembro de 1986, Pinochet sofreria um atentado em que morreram cinco de seus guarda-costas e do qual escapou apenas com ferimentos leves. O episódio levou a uma brutal escalada repressiva, que culminou com a Operação Albânia, na qual foram assassinados 12 opositores do regime chileno. O atentado foi organizado por um grupo armado que havia rompido com o Partido Comunista chileno.

Em 1988, ao final do mandato de oito anos, como estabelecia a Constituição aprovada pelo próprio Pinochet, em 1980, o ditador convocou um novo plebiscito, mas a campanha do “não” foi vitoriosa, com 55,9% dos votos. No ano seguinte, o democrata cristão Patricio Aylwin, foi eleito. Houve uma transição negociada para que Pinochet deixasse o poder, no qual a moeda de troca foi sua permanência como chefe supremo das Forças Armadas — depois senador vitalício. Foi o primeiro beneficiado pela Lei da Anistia de 1978, que impediu a punição dos torturadores e comandantes militares.

Deu menos sorte na Inglaterra, em 1998, quando foi detido pela Scotland Yard. Havia uma ordem de prisão contra Pinochet emitida pelo juiz Baltasar Garzón, por genocídio, terrorismo e abuso dos direitos humanos. O governo britânico negou sua extradição, declarando-o mentalmente incapacitado. O general regressou ao Chile em 2000, mas teve que renunciar ao mandato de senador vitalício. Em 2004, descobriu-se que mantinha contas secretas no exterior com saldos de US\$ 28 milhões de origem ilícita. Morreu impune, em 2006, de infarto e edema pulmonar. Na ocasião, foi homenageado pelas Forças Armadas chilenas.

Controle da Vale

Não é somente o governo Lula que tenta ter o controle da Vale e enfrenta resistência dos acionistas. Resolvida a presidência, com a escolha de Eduardo Pimenta para o lugar de Eduardo Bartolomeu — solução prata da casa —, a briga agora é pelo controle do Departamento Jurídico. Os advogados Luís Fernando Franceschini e Marcos Oliveira, que são colegas do Banco do Brasil e sócios de banca, têm negócios de mineração e estão fazendo um lobby fortíssimo para emplacar o novo diretor. O presidente resiste.